

MOVIMENTOS SOCIAIS, REDES SOCIAIS, E A MEMEZAÇÃO DA POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE

Arcénio Francisco Cuco¹

Resumo

É facilmente constatável, no nosso dia-a-dia, que a tecnologia está presente nas nossas vidas. Como muito bem defende Castells (2000), ela transformou-se no nosso modo de vida de tal forma que vivemos numa sociedade que se pode dizer tecnológica, onde as tecnologias assumem um papel indispensável quer na área económica, política, social e cultural, quer nas relações afectivas ou de produção. Este texto tem em vista discutir, de forma breve, sobre redes sociais e os movimentos sociais em Moçambique. O intuito é de perceber o papel e as implicações das redes sociais nas ações dos movimentos sociais em Moçambique. Ou por outra, responder à seguinte pergunta: de que forma os movimentos sociais capitalizam as redes sociais no sentido de produzir mudanças (económica, política, social, cultural, etc.) significativas no país? A primeira leitura é de que, embora na primeira década do século XXI os movimentos sociais tenham-se apoiado das redes sociais para produzirem mudanças em alguns países do mundo (como a chamada primavera árabe) e em Moçambique, em particular, com as manifestações de 5 de Fevereiro e, de 1 e 2 Setembro de 2008, na entrada da última metade da segunda década do século XXI, não estão sendo capazes de produzir (pelo menos para o caso de Moçambique) os mesmo efeitos produzidos na primeira década; que as redes sociais diluem a ação coletiva a favor da ação individual muitas vezes desorganizada, carente de objetividade e sentido.

Palavras-chave: Memezação da política. Movimentos sociais. Redes sociais.

Recebido em 20 de setembro de 2020 e aprovado para publicação em 15 de novembro de 2020

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Docente da Universidade Rovuma em Moçambique. Correio eletrônico: arcuco@yahoo.com.br.

Introdução

Ao longo da primeira década, bem como metade da segunda década do século XXI, um fenômeno jamais visto no mundo aconteceu: vários movimentos, em vários países do mundo, saíram para a rua protestando contra seus governantes, produzindo mudanças significativas quer políticas, sociais, quer econômicas, dentre outras. Os movimentos começavam em algum lugar e, em pouco tempo, se espalhavam por toda a parte. O mundo ficou em alvoroço. Mas, todos estes movimentos tiveram um denominador comum. É que a evolução tecnológica munuiu-lhes de novas plataformas de mobilização que lhe facilitou alcançar grande público quer de dentro do país ou de outras esferas do mundo que se identificassem com as suas reivindicações.

Em Moçambique, uma mensagem espalhada por uma rede de número de telefone provocou uma onda de protestos de rua em fevereiro e setembro de 2008, que culminaram com a decisão do então Presidente Armando Guebuza em exonerar alguns ministros do seu governo. Esta situação levou à introdução de algumas medidas de certo modo impactantes no país como o recuo na medida do aumento do preço de produtos da primeira necessidade assim como a criação pelo Ministério de Transportes e Comunicação, do diploma ministerial nº 153/2010 de 15 de Setembro², pelo qual se anunciou a obrigatoriedade do registro de cartões do telefone celular.

Assistiram-se ondas semelhantes nas chamadas primaveras árabes que dilaceraram o Egito, Argélia, a Tunísia e por fim a Líbia, a partir de fevereiro de 2011; a revolução das panelas na Islândia, em 2008, ou Occupy Wall Street nos Estados Unidos, também em 2011. Todos estes movimentos, como bem destacado por Castells (2011), no seu *livro Redes de Indignação e Esperança: Movimentos sociais na Era da Internet*, “espalharam-se por contágio num mundo ligado pela internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias”³. A verdade é que, durante o período em que estes movimentos se tornaram virais, as suas ondas, por onde passavam, deixavam marcas de destruição maciça: destituíram ou obrigaram os governos a mudar as suas estratégias de governação⁴. Isto foi possível porque os movimentos sociais desempenharam o seu papel fundamental, que é a ocupação de espaços públicos com vista a forçar os governantes a prestarem contas e a tornar transparente sua administração à sociedade.

² MOÇAMBIQUE. **Diploma ministerial**. Publicação oficial da República de Moçambique, Moçambique, nº 153/2010, I série, n. 37, 15 sete. 2010.

³ CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos sociais na Era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 101.

⁴ Embora na primeira década dos anos 2000 a Internet não fosse popular em Moçambique, já na segunda década foi um instrumento importante de protesto, como poder-se-á conferir mais adiante.

Este texto tem em vista discutir, de forma breve, sobre movimentos sociais e como, através das redes sociais, contribuem para a *memezação* da política em Moçambique. O intuito é de perceber o papel e as implicações das redes sociais nas acções dos movimentos sociais em Moçambique. Ou por outra, responder à seguinte pergunta: de que forma os movimentos sociais capitalizam as redes sociais no sentido de produzir mudanças (económica, política, social, cultural, etc.) significativas no país? Ou ainda, se os movimentos sociais na era digital estão em condições, hoje, de produzir os mesmos resultados produzidos ao longo da primeira e metade da segunda década do século XXI no país? A primeira leitura é de que embora na primeira década do século XXI os movimentos sociais tenham-se apoiado das redes sociais para produzirem mudanças em alguns países do mundo (como a chamada primavera árabe) e em Moçambique, em particular, com as manifestações de 5 de fevereiro e, de 1 e 2 setembro de 2008, na entrada da última metade da segunda década do século XXI, não estão sendo capazes de produzir (pelo menos para o caso de Moçambique) os mesmos efeitos produzidos na primeira década; as redes sociais diluíram a ação dos movimentos sociais a favor da ação individual muitas vezes desorganizada, carente de objetividade e sentido. Isso tem levado a que não cumpram o seu papel fundamental de sujeitar o poder público ao constrangimento de suas acções à frente da gestão pública para que possa prestar contas e tornar transparente a sua gestão.

1 - Movimentos sociais, as novas tecnologias e a memezação da política

É importante estabelecer, num primeiro momento, uma ideia central do que se pretende designar por movimentos sociais nesta discussão. Os movimentos sociais podem ser considerados como um conjunto de ações coletivas com certo carácter sociopolítico e cultural cujo principal foco é viabilizar, segundo Gohn (2011), formas diversificadas de a população se organizar e expressar as suas preocupações. Estes movimentos podem se revestir de distintas estratégias que podem partir de uma simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, entre outras), até às pressões indiretas. Como Gohn (2011) destaca, estes movimentos,

Realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado empowerment de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. (...). Criam identidades para grupos antes dispersos e desorganizados.⁵

⁵ GOHN, M. D. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011, p. 335-336.

Como se depreende, a característica principal dos movimentos sociais é organização. Os membros se juntam por uma causa comum. Nunca por uma luta individualizada ou centrada em alguém ou em satisfação de interesses de um indivíduo. Eles se unem pela perseguição de um interesse comum. Pelo bem de todos.

Estes movimentos, ao realizar suas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social: “aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo”⁶. Ou seja, os membros do movimento se reveem nas pautas colocadas no grupo como de interesse comum e, por via disso, passam a se identificar com essas pautas ou agendas. Para o contexto atual de Moçambique, uma das razões que parece fazer com que muitas pessoas não aderiram aos movimentos sociais, mesmo quando são convocadas, tem a ver com o facto de maior parte dessas pessoas não se reverem nas pautas desses movimentos sociais que muitas das vezes excluem as demandas das pessoas consideradas desfavorecidas. Demandas como corrupção, punição de altas autoridades públicas são demandas afastadas das comunidades desfavorecidas; são agendas elitistas que no lugar de integrar às comunidades desfavorecidas, afasta-as, pois para estas comunidades importa a resolução de problemas básicos como acesso ao transporte público, escolas, hospitais, energia, água, entre outras, que são pautas que raramente são defendidas por esses movimentos.

Entretanto, a era digital veio reconfigurar a atuações dos movimentos sociais, principalmente com o surgimento da internet. Machado (2007), mostra, por exemplo que, as tecnologias não apenas se tornaram instrumentos de fundamental importância para a organização e articulação, como também proporcionaram a formação de novos movimentos sociais e novas formas de ativismo. Ou seja, as tecnologias determinaram “a emergência de uma nova ‘cultura’ organizacional nos movimentos sociais como resultado da apropriação estratégica das tecnologias de informação, apontando para novas tendências nas formas de ação coletiva”⁷.

Esta nova reconfiguração trouxe também novos fenómenos como as *fakenews*, *deepfakes*, entre outros que vieram dar uma nova forma de se entender os movimentos sociais e a política em si. Um dos fenómenos que se tem destacado com maior força são as *fakenewsk*, que tem sido usadas por alguns políticos no mundo para obter vantagens eleitoralistas como o caso do Donald Trump ou Jair Bolsonaro que chegaram ao poder com culto à *fakenews*.

⁶ Ibidem, p. 336.

⁷ MACHADO, J. A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 18, jul./dez. 2007. p. 249.

Mas, o fenómeno das *fakenews* não é um fenómeno novo no mundo. Se se pegar, por exemplo, o *1984* de George Orwell, é possível perceber-se que narra uma história de uma realidade em que governantes da suposta Oceania valem-se de certos subterfúgios para se manterem no poder a todo o custo. Uma das ferramentas usadas é, evidentemente, o recurso à notícias falsas para conquistarem legitimidade diante do seu povo.

No contexto moçambicano, se se recuar para o período que imediatamente se seguiu à independência do país, é possível encontrar uma caricatura que “viralizou” bastante na altura e que representava todos os males que podiam enfermar toda a sociedade, o *xiconhoca*. O *xiconhoca* representava o ócio, bebedeira, corrupção, entre outros tipos de males. Mas, dentre estes males, havia um que se destacava, o *boato*. Era frequente ouvir-se em reuniões expressões como: *abaixo o boato; abaixo o boateiro*. O que seria o *boato* senão as *fakenews*, hoje? A única diferença é que, nessa altura, o único emissor das *fakenews*, era o poder político. Na verdade, as *fakenews*, só viraram problema na era da modernidade líquida, como muito bem Bauman⁸ apelidou esta era das *fakenews*, porque o poder político perdeu o monopólio de ser único emissor. Hoje, qualquer um com o seu *smartphone*, tablet, *iphone* ou computador, a partir de um lugar em qualquer, pode espalhar uma notícia falsa.

Talvez, o que nos deveria preocupar fosse a *memezação* da política porque as pessoas não estão mais analisando as notícias com profundidade. Elas tendem a se informar através de *memes* o que lhes torna propensas às armadilhas das *fakenews*. Ninguém está mais preocupado em buscar mais dados ou a se informar melhor sobre grandes questões políticas em discussão no país. Tende-se a *memezar* tudo. Através dos *memes* também se produzem notícias falsas que viralizam, distorcem e confundem as pessoas.

Existem, em Moçambique, alguns exemplos emblemáticos sobre a *memezação* da política. Em 2018, o Presidente da República, Filipe Nyusi definiu, no seu discurso sobre o Estado da Nação, que “**o Estado da Nação é estável e inspira confiança**”. Esta parte foi a que ganhou repercussão na mídia, como também ganhou muitos *memes*. Dito de outra forma, a parte *memezada*. Todo o discurso proferido pelo Presidente da República na Assembleia da República diluiu-se nesse *meme*.

O outro exemplo está relacionado aos pronunciamentos do antigo Presidente da República de Moçambique Armando Guebuza, quando foi interpelado à 24 de Julho de 2019 sobre as chamadas dívidas ocultas e disse que

“há muita boato. Há muita poeira nisto tudo! Mas muita poeira! Alguma poeira que surge espontaneamente e a outra que é mesmo provocada com objetivos escusos. Mas eu acredito que a justiça é ela (sic) que deve ser feita e vamos deixar

⁸ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio Janeiro: Zahar, 2000.

a justiça ser feita sem interferência de nós que temos consciência da importância de uma solução correta deste assunto”.⁹

O *meme* que ficou registado e continua viral até aos dias de hoje é de que: “há muita poeira”. Guebuza foi bastante criticado pela mídia e pelos “polícias das redes sociais” por se ter pronunciado dessa maneira. Mas, na verdade, nenhuma pessoa desse grupo se dignou a tentar interpretar o alcance de todo o discurso do Guebuza. Todos se limitaram a criticar o “há muita poeira”. Mas se alguém tivesse tentado trocar a expressão “poeira” por *fakenews* ou *meme* talvez tivesse se aproximado à ideia que Guebuza quis transmitir: “que há muita *fakenews* nesta história”; “que há muitos *memes* nesta história”. Para quem acompanhou o discurso do Guebuza, pôde perceber que em nenhum momento nega a existência das tais “dívidas ocultas”. Mas o seu maior clamor é de existência de exageros na forma como se noticia esta história. É o clamor de que existem instituições de justiça com competências de analisar e julgar este assunto. Ele tenta mostrar que a *memezação* do assunto não permite aos moçambicanos entenderem o processo. É tudo discutido superficialmente e, no meio de tudo isto, até falsas notícias são difundidas o que pode causar confusão nas pessoas que estão interessadas em entender os contornos do processo em si.

A ideia não é se ser defensor oficioso destas figuras. O interesse em abordar esta questão está na intenção de se querer mostrar o perigo que a *memezação da política* impõe na sociedade. É que, em Moçambique, se gasta mais tempo com *memes* do que em si discutir questões mais importantes da vida política do país. A *memezação da política* tende a beneficiar aos políticos porque, enquanto os moçambicanos se entretêm em *memes*, eles vão tomando decisões significativas sobre a vida deles e quando despertam dessa hibernação, as decisões estão tomadas e maior parte delas são irreversíveis. Sobre este ponto discutimos a seguir.

Outra coisa importante que é necessário sublinhar é que, quando se fala de redes sociais nesta parte, se refere as redes sociais vinculadas à internet, portanto, virtuais, como, por exemplo, o *Facebook*, *Twitter*, *WhatsApp*, *Instagram* entre outras que têm sido espaços de divulgação de vários conteúdos que estimulam reflexões e participação no exercício da cidadania.

⁹ VOA Português: **Armando Guebuza diz que há "poeira" no processo das "dívidas ocultas"**. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/armando-guebuza-diz-que-h%C3%A1-poeira-no-processo-das-d%C3%ADvidas-ocultas-/5013564.html>. Ou ainda em: <https://www.youtube.com/watch?v=UAUg5op5-sw>. Acessado em: 9 ago. 2020.

1.1- Redes sociais: a fábrica de sonhos irrealizáveis

Associar as redes sociais a movimentos sociais, parece um tema extremamente importante atualmente. Por um lado, porque quando se fala de movimentos sociais, está-se a falar de agrupamentos de pessoas, em espaços públicos, que se unem por uma causa. Eles ocupam espaços públicos e, a partir dessa ocupação, produzem mudanças sociais, políticas, económicas, porque eles se unem e se reveem nessa causa. Por outro lado, porque quando se fala de redes sociais virtuais, está-se a falar de um espaço onde as pessoas parecem se unir individualmente. Aparentemente, não há uma causa comum que una essas massas nesse espaço virtual. Embora seja um espaço de aglomeração de pessoas, cada uma se revê em si mesma não coletivamente.

O surgimento das redes sociais apoiadas nas tecnologias (redes sociais digitais), deslocou as massas que compõe os movimentos sociais, como são conhecidos ou como vem sendo estudados desde os anos 1960, (movimentos de luta, movimentos trabalhistas pelos direitos sociais e participação em processos políticos), para um espaço virtual, um espaço sem regras. Os movimentos sociais do século passado se caracterizaram pelas lutas por direitos sociais ou por direito de participação em processos políticos (a título de exemplo, só em 1971 é que as mulheres ganharam o direito de voto na Suíça depois de uma longa batalha que se estendeu desde os anos 60).

O que acontece na entrada do terceiro milénio, é que há um deslocamento das massas para as redes sociais virtuais. Num primeiro momento, as reivindicações que esses movimentos foram fazendo, produziram de alguma forma, mudanças sociais, políticas, económicas, em alguns países do mundo, entre elas a primavera árabe (como se mostrou anteriormente). Em Moçambique produziram manifestações que se verificam no dia 05 de fevereiro e 01 e 02 de setembro de 2008 (todas ocorridas na capital do país) cujo foco principal era a reivindicação contra a subida do preço dos transportes semioletivos de passageiros, dos preços de combustível, pão, energia, água e todo conjunto de bens importados.

Durante esse período, as redes sociais foram produzindo mudanças sérias no mundo. Por exemplo, na América latina houve o caso do Brasil 2013, que culminou com o declínio do governo de Dilma Rousseff cujas manifestações que levaram a sua queda eram convocadas via redes sociais. Mas o que se constata atualmente, é que, o espaço virtual (*Facebook, Twitter, Instagram, WhatsApp*), virou um espaço de exibição do ego. As pessoas já não se reúnem nestes espaços como um espaço de discussão ideias ou de questões importantes que podem levar um país a mudanças. Tem-se na entrada da última metade

da segunda década do século XXI aquilo que se pode chamar de “vitória do indivíduo em detrimento do colectivo”.

A tendência de cada um nas redes sociais é de mostrar a sua competência e conhecimento sobre determinados assuntos ou mesmo a exposição da sua “ignorância” sobre certos assuntos. Na verdade, a preocupação é mostrar tudo que se vive no dia-a-dia, “ostentação”, mesmo que essa ostentação seja fictícia, ou seja, apenas do mundo virtual. Já não é um espaço onde se procura produzir resultados sobre questões sérias do Estado como já o foi nos primeiros quinze anos do terceiro milénio.

A profecia atribuída ao ex-Chefe do Estado moçambicano, Armando Guebuza segundo a qual as redes sociais eram uma “fábrica de sonhos irrealizáveis” parece ter se concretizado. Na realidade moçambicana as redes sociais viraram um espaço de fabricação de sonhos difíceis de se alcançar. Isto porque, enquanto as pessoas vão discutindo, de 2015 para cá, aquilo que se pode considerar de “futilidades” naquele espaço virtual, os governantes vão tomando decisões importantíssimas sobre o país com grande impacto sobre suas vidas (como as propaladas dívidas não declaradas para os moçambicanos). Ou seja, os governantes vão “fabricando, na prática, sonhos realizáveis com efeitos significativos na vida de muitos”.

Os governantes moçambicanos já se aperceberam de que as redes sociais não têm mais capacidade de produzir efeitos no plano real que ameacem essas decisões porque, infelizmente, essas massas que se reúnem nas redes sociais são incapazes de perceber a diferença entre o virtual e o real. Maior parte dessas massas está totalmente desconectada do mundo real. O mundo dele é o virtual.

Hibernam naquele espaço, discutindo ideias que em nenhum momento são capazes de produzir mudanças positivas, enquanto os governantes vão tomando decisões significativas sobre suas vidas, sem que se apercebam. Tornam-se *homo digitalis* como muito bem apregoa Byung-Chul Han no seu livro intitulado *No Enxame*¹⁰. Talvez pudesse se dizer que se tornaram *homo imbecilis* justamente por essa incapacidade de separar o virtual do real. Como se poderia chamar alguém que não consegue separar a realidade do virtual senão um *homem imbecil*.

O *homo digitalis* ou *homo imbecilis*, como se sublinhou, hiberna naquele espaço, quando desperta, decisões importantíssimas da sua vida já foram tomadas e ele é incapaz de as inverter. Por exemplo, a discussão que se tem em Moçambique sobre as dívidas contraídas durante o governo do Guebuza, talvez hoje tivesse um sentido diferente, se os moçambicanos acompanhassem os processos políticos em Moçambique. Mas porque muitos

¹⁰ HAN, Byung-Chul. **No enxame**: Reflexões Sobre o Digital. Portugal: Editora Almedina, 2016.

não têm a capacidade de parar, discutir e refletir sobre estas questões importantes do país, gastam tempo no espaço virtual, também foram incapazes de acompanhar os processos políticos que levaram a contração das dívidas. Provavelmente, hoje, muitos moçambicanos estivessem a apoiar o governo ou não, se muitos estivessem acompanhando os processos políticos que levaram os governantes à determinadas decisões. Por quê? Porque poder-se-iam ter percebido da razão que levou o governo a tomar aquela decisão de contrair a dívida ou acompanhado sinais de que algo relacionado a uma possível contração da dívida externa iria acontecer porque sinais nunca faltaram. Uma série de notícias circularam na altura, mostrando o antigo ministro das finanças do governo Guebuza tentando defender a viabilidade daquela dívida¹¹. Mas na altura ninguém deu atenção como ninguém está dando atenção ao *Projecto Sustenta* que também pode seguir o mesmo caminho como vários outros projectos. O que aconteceu é que muitos só despertaram quando a dívida começou a produzir efeitos na vida de muitos, ou seja, quando começou a produzir resultados negativos na economia nacional. Como o *homo imbecilis* é incapaz de parar e analisar os processos, que levaram a produção desse resultado, ele ataca o resultado, ou seja, as consequências das decisões dos governantes. Neste caso das dívidas, enquanto parecia tudo bem, ninguém se questionava sobre esse aparente bem-estar que se vivia em Moçambique até que as consequências comesçassem a se refletir na esfera pública. Deveria ter sido a partir daqui onde movimentos sociais como o CIP deviam ter começado a atuar, exigindo explicações aos governantes sobre a origem dessa bonança económica.

Como se pode depreender, os movimentos sociais, também, atuam sobre as consequências e não sobre as causas que levam a essas consequências. E aonde o fazem? Nas redes sociais. A discussão sobre as dívidas ocultas voltou (num ciclo vicioso) para as redes sociais, lá onde não se produz nada de concreto, a “fábrica de sonhos irrealizáveis”. Esse é o grande problema de as massas terem se deslocado para as redes sociais. Resultado, mesmo que se esteja lá a discutir sobre determinados assuntos de interesse nacional, no plano real essa discussão produz poucos efeitos. Porque o plano real significava, as massas se reunirem em espaços públicos e exigirem explicações sobre determinadas decisões como aconteceu quando, por exemplo, o Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano decidiu, em 2018, que não haveria dispensa no ensino básico. Os meninos de diferentes escolas secundárias de Maputo se uniram como um grupo, como uma massa, e foram ocupar o espaço público, pois é lá, onde é possível produzir resultados visíveis, é lá onde se pode produzir mudanças, não no plano virtual.

¹¹ Esses vídeos já alertavam sobre a possibilidade deste negócio não dar certo.

Entretanto, em uma ou outra coisa, hoje em dia, as redes sociais produzem alguns efeitos. Como, por exemplo, nos períodos eleitorais, principalmente nos dias de votação. As mensagens que circulam pelas redes sociais nos dias de votação, podem de alguma forma produzir efeito no eleitor.

Resumidamente se pode dizer que, as redes sociais, hoje, elas têm um menor impacto para a ação dos movimentos sociais porque no espaço virtual as pessoas se unem individualmente o que não permite discussões que produzam efeitos que possam influenciar as massas a exigirem dos governantes atitudes que levem a mudanças políticas, económicas, sociais, culturais significativas. Basta olhar-se para o caso de terrorismos em Cabo Delgado para ver a indignação das pessoas e de líderes de movimentos sociais não passa do muro de lamentações do mundo virtual. Significa que, os movimentos sociais na era digital precisam resgatar o seu papel originário, que é a ocupação da esfera pública, ocupação do espaço físico, pois é lá onde podem produzir novos valores e adjetivos em torno dos quais as instituições da sociedade se transformam a fim de representar esses valores criando novas normas para organizar a vida social.

Isso passa, basicamente, por vencer-se aquilo que se pode chamar de “*síndrome de a culpa é dos outros*” que consiste em nos desresponsabilizarmos dos problemas pelos quais o país passa, atribuindo-se a culpa a outros como, por exemplo, aos governantes ou à comunidade internacional. É necessário que a cada decisão errada que é tomada no país a gente questione a nossa cota de responsabilidade nessas decisões porque nós fazemos parte deste país. Significa que, a cada decisão errada tomada, nós também temos uma dose de responsabilidade nessa decisão. Por exemplo, quantas vezes nós já exigimos dos nossos presidentes dos Conselhos Autárquicos o cumprimento das promessas feitas durante as campanhas eleitorais? Se os Presidentes dos Conselhos Autárquicos não cumprem as promessas que nos fizeram durante as campanhas eleitorais, é que nós também nunca exigimos deles o cumprimento dessas promessas. Aí, a culpa também é nossa ao não exigirmos esse cumprimento.

Outra coisa é que nós os moçambicanos continuamos a pensar num Estado paternalista em que o Estado é a solução de todos os nossos problemas. Nunca somos nós a pensarmos em soluções para os problemas do nosso país. Infelizmente, este problema afeta também a nossa massa crítica, principalmente aos nossos “imaculados¹²” combatentes da corrupção.

¹² Sem pecado; puro.